

TOMADA DE POSSE DOS CORPOS GERENTES DO SPRA - 2014/2017

Dando cumprimento ao artº 34º dos Estatutos do Sindicato dos Professores da Região Açores, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, cumpre-me conferir posse aos Corpos Gerentes deste Sindicato, eleitos para o triénio 2014/2017.

É com orgulho e satisfação que vejo a mais antiga e representativa associação sindical de Professores e Educadores da Região Autónoma dos Açores, enquadrada em prestigiadas estruturas sindicais nacionais, como a FENPROF e a CGTP-IN, continuar a defender, com firmeza e determinação, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos docentes, a par de um ensino inclusivo, democrático e de qualidade.

Neste período conturbado e complexo da nossa democracia, em que se pretende “suspender” ou, até mesmo, aniquilar direitos constitucionais fundamentais da República Portuguesa, as organizações sindicais, apesar de fortemente limitadas e condicionadas no desempenho das suas funções, bem como outros movimentos sociais e cívicos, não podem vacilar no cumprimento da sua missão, particularmente na defesa dos direitos, liberdades e garantias do Portugal Democrático. Exige-se, por isso, um esforço concertado de todos para que a diversidade no pensamento e na ação não comprometa os objetivos e fins a que se propõe.

Num tempo em que se procura exaltar o primado do individual sobre o coletivo, sendo visível o enorme esforço, no plano político, para pôr fim aos contratos coletivos de trabalho, importa ter consciência de que a divisão é sempre uma operação de enfraquecimento, particularmente da ação reivindicativa. Na ilusão da diferenciação positiva e da criação de oportunidades especiais para alguns, não restam dúvidas de que, neste contexto, a desvalorização do trabalho tenderá a acentuar-se no conjunto dos fatores de produção. Importa, por isso, reagir com a convicção de que

isolados seremos sempre mais vulneráveis. Não podemos cair na armadilha dos que tudo fazem para fomentar a divisão dos trabalhadores, seja em contextos laborais ou de solidariedade intergeracional.

Sabemos que a Escola é um local, por excelência, de valorização humana nas suas múltiplas dimensões, mas é também, em termos institucionais, o espaço mais adequado para abrir novos horizontes, promover a igualdade de oportunidades e esbater muitas das injustiças sociais que condicionam os destinos dos mais fragilizados socialmente. Não podemos consentir que, em nome de pseudo-liberdades de escolha, se construam sistemas educativos em que a liberdade de uns promova a segregação e a condenação de outros.

Há que reconhecer que uma eventual atribuição do cheque-ensino levaria não só à condenação de muitas escolas públicas, mas também a uma maior estigmatização social das crianças com menores recursos, retirando-lhes a oportunidade de interagirem, de conviverem e, até, de fazerem amizades com outras de estratos sociais mais elevados, que lhes mostram perspectivas de vida bem diferentes daquelas onde estão diariamente mergulhadas.

Em vez de se fomentar a fuga às condições adversas de certas escolas públicas, há que lhes dar condições para que ninguém se sinta condicionado ou limitado no desenvolvimento das suas capacidades ou potencialidades. O que não é aceitável é que se aposte no desinvestimento na rede pública de educação e, em compensação, se crie condições para o florescimento do sistema privado, onde o duplo financiamento e a elitização do ensino produzem resultados que, em análises comparativas descontextualizadas, induzem a avaliações injustas e condenatórias do sistema público.

As organizações sindicais, como o SPRA, têm preocupações sociais que estão muito para além dos interesses corporativos e, por isso, tudo farão para evitar que muitas escolas públicas, pelo seu enquadramento geográfico e social, se transformem em autênticos “guetos educativos”.

Todos reconhecem, de um modo geral, que a educação determina o futuro de qualquer país. As pessoas, quando bem formadas e qualificadas, são

ativos nucleares do desenvolvimento das sociedades. Porém, o Governo diz que, " nas últimas décadas, Portugal investiu mais do que os resultados que alcançou e que, apesar dos esforços feitos e melhorias alcançadas, é necessário fazer melhor".

Reconhecemos que, tendo em conta o atraso estrutural do país, os défices educativos e de desenvolvimento decorrentes das políticas ditatoriais e obscurantistas do Estado Novo, com investimentos em educação de apenas 1,4% do produto interno bruto, em 1972, é necessário, de facto, fazer bastante mais e melhor. Porém, não concordamos com a afirmação de que temos investimento a mais na Educação, nem aceitamos que os Governantes declinem as suas responsabilidades relativamente aos resultados alcançados, porque é ao Ministério da Educação e Ciência que compete definir, coordenar, executar e avaliar as políticas educativas, sendo igualmente responsável pela área da formação e qualificação profissional.

Quem cria os mega-agrupamentos, estabelece os programas, os currículos, os horários... não são as escolas nem os Professores/Investigadores e Educadores, não obstante reconhecermos, também, a grande responsabilidade que lhes cabe no processo educativo. Destes não depende a política de desorçamentação do Ministério da Educação, que baixou dos 5,5% para 4,0% do PIB, nem os cortes nas atividades de investigação e desenvolvimento, onde temos uma despesa de apenas 1,5% do PIB, enquanto a média na União Europeia é de 2,1%.

Esta política neoliberal e economicista tem deixado marcas profundas na Educação. É disso exemplo a redução substancial do corpo docente, a falta de apoio adequado às crianças com carências educativas e necessidades especiais, bem como o abandono escolar forçado de milhares de jovens, por falta de uma ação social escolar ajustada aos tempos de crise que vivemos.

Tudo isto nos faz divergir da União Europeia ao nível da escolarização da população. Em termos estatísticos, importa referir que a taxa de abandono escolar precoce entre os 18 e 24 anos se situa, em Portugal, nos 19,2%, enquanto a média da UE é de 11,9%; que apenas 40% da população

portuguesa, entre os 25 e os 64 anos, tem o Ensino Secundário, contrastando com a média da UE - 75,2%; que só 15,1% possui o Ensino Superior e que ainda temos uma taxa de analfabetismo de 5,2% da população. Estes dados demonstram que não temos professores a mais no sistema, precisamos, sim, de novas políticas que reorientem a ação educativa, de modo a termos um país mais qualificado, condição indispensável à sua sustentabilidade e desenvolvimento.

Neste contexto, entendemos que o processo autonómico é uma mais valia e uma oportunidade para a definição de políticas educativas mais ajustadas às realidades sócio-culturais da nossa Região. Não obstante os progressos feitos, continuamos com alguns indicadores abaixo da média nacional. Como exemplo, apenas temos uma taxa de 10% da população com ensino superior. Constata-se, de igual modo, que as taxas de insucesso escolar permanecem elevadas: 12,6% no 1.º Ciclo; 14,2% no 2.º Ciclo; 24,5% no 3.º Ciclo e 29,6% no Ensino Secundário, dados de 2011/2012, evidenciando um agravamento, desde 2005/2006. Regista-se, também, um número significativo de crianças/jovens em Programas Específicos de Recuperação da Escolaridade, que atinge cerca de 1/6 dos alunos ao nível do 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O SPRA, tendo em conta esta realidade, entende que, na Região, também algo de diferente terá de ser feito. Se é verdade que a taxa de escolarização ao nível da Educação Pré-Escolar já é relevante para as crianças com 5 anos – 97,2%, esta pode e deve ser melhorada, uma vez que ainda só abrange 65,6% das crianças com 3 anos de idade.

O Sindicato dos Professores da Região Açores considera, igualmente, ser necessária uma intervenção pedagógica mais diferenciada ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para evitar que mais de um milhão de crianças – precisamente 1228, em 2011/2012 – não estivessem aptas para prosseguirem, com normalidade, a sua aprendizagem no 2.º Ciclo. Entendemos que estes programas de “recuperação/remediação” vêm demasiado tarde, uma vez que, na sua maioria, visam superar dificuldades de aprendizagem inerentes ao ciclo anterior, nomeadamente, ao nível da

leitura, da escrita e da aritmética. Uma boa formação no 1.º Ciclo é determinante para o sucesso nos ciclos seguintes.

Concordamos com o Governo quando diz que para se obter resultados na Educação é necessária a criação de um ambiente de civilidade, trabalho, disciplina e exigência, mas também é necessário saber investir no tempo próprio, no local certo e nos profissionais com a formação adequada para o cumprimento da sua função, quer ao nível da Escola, quer ao nível da Comunidade.

Finalmente, pretendo manifestar o meu reconhecimento a todos os que agora cessam funções nos diversos órgãos do Sindicato, pelo empenho e pela dedicação demonstrados, num tempo adverso para o movimento sindical, dando as boas-vindas aos que passam a integrar os Corpos-Gerentes do SPRA para o triénio 2014/2017, desejando-lhes a coragem e a determinação necessárias para que o Sindicato dos Professores da Região Açores continue a cumprir a sua missão, zelando pela formação e qualificação dos Açorianos, em particular, e dos Portugueses, em geral, dando, assim, força e sentido à Democracia.

O Presidente da Assembleia Geral

Armando António Dutra